



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado da Saúde - SESAU

ADENDO

EDITAL Nº 2/2024/HRC-DG

ANEXO VII

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS PARA PROVA ESCRITA, COMUM AO EIXO TRANSVERSAL DE TODAS AS ÁREAS DE FORMAÇÃO.

SELEÇÃO DE CANDIDATOS ÀS VAGAS DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO NA MODALIDADE DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM ATENÇÃO EM TERAPIA INTENSIVA(UTI), ATENÇÃO URGÊNCIA E EMERGÊNCIA-PRONTO SOCORRO E RESIDÊNCIA EM ÁREA PROFISSIONAL DA SAÚDE (ODONTOLOGIA) EM CIRURGIA E TRAUMATOLOGIA BUCOMAXILOFACIAIS NO HOSPITAL REGIONAL DE CACOAL PARA O PERÍODO LETIVO DE 1/2024.

Conteúdo Geral: Saúde Pública. Sistema Único de Saúde (SUS) – legislações. Vigilância em Saúde. Vigilância Epidemiológica. Políticas e Legislação sobre Programa Nacional de Segurança do Paciente.

1. BERTOLLI C. História da saúde pública no Brasil. 5 ed. São Paulo: Ática, 2011.
2. BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil 1988 – Título VIII, Capítulo II, Seção II, Artigos de 196 a 200, Da Saúde.
3. BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária Implantação do Núcleo de Segurança do Paciente em Serviços de Saúde – Série Segurança do Paciente e Qualidade em Serviços de Saúde/Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Brasília: Anvisa, 2016.
4. BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Critérios Diagnósticos de Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde/Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Brasília: Anvisa, 2017.
5. BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. RDC Nº 36, DE 25 DE JULHO DE 2013. Institui ações para a segurança do paciente em serviços de saúde e dá outras providências. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. –Brasília: Ministério da Saúde, 2013.
6. BRASIL. CONASS. Coleção Para Entender a Gestão do SUS. Disponível em: <http://www.conass.org.br/biblioteca/colecao-para-entender-a-gestao-do-sus-2011-Atualizacao-2015/>
7. BRASIL. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18142.htm.
8. BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Lei Orgânica da Saúde. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, set. 1990.
9. BRASIL. Ministério da Saúde. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011 Regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde – SUS.
10. BRASIL. Ministério da Saúde. Documento de referência para o Programa Nacional de Segurança do Paciente / Ministério da Saúde; Fundação Oswaldo Cruz; Agência Nacional de Vigilância Sanitária. –Brasília: Ministério da Saúde, 2014.
11. BRASIL. Ministério da Saúde. Política nacional de atenção às urgências / Ministério da Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2003.
12. BRASIL. Ministério da Saúde. PORTARIA No- 204, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016. Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional. Brasília: 2016.
13. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 204, de 29 de janeiro de 2007. Regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 31 jan. 2007.
14. BRASIL. Ministério da Saúde. PORTARIA No- 205, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016. Lista nacional de doenças e agravos, na forma do anexo, a serem monitorados por meio da estratégia de vigilância em unidades sentinelas e suas diretrizes. Brasília: 2016
15. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 529, de 1º de abril de 2013. Institui o Programa Nacional de Segurança do Paciente. Brasília, 2014.
16. BRASIL. Ministério da saúde. Secretaria de atenção à saúde. Política nacional de Humanização da atenção e Gestão do SUS. Gestão participativa e cogestão / Ministério da saúde, secretaria de atenção à saúde, Política nacional de Humanização da atenção e Gestão do SUS. – Brasília: 2009.

17. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Guia de Vigilância em Saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2016.

18. BRASIL. Ministério da Saúde. Implementação do direito a saúde no Brasil. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

19. BRASIL. Portaria de Consolidação nº 5, de 28 de setembro de 2017. Consolidação das normas sobre as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0005_03_10_2017.html

20. CECÍLIO L. C.; Merhy, E. A integralidade como eixo da gestão hospitalar. In: Pinheiro R; Mattos R. Construção da integralidade: cotidianos, saberes e práticas em saúde. Rio de Janeiro: UERJ-IMS; Abrasco, 2003.

21. HO, RA; BLOCK, K.V.; R.R.; WERNECK, G.L. Epidemiologia 2 ed. São Paulo: Atheneu, 2009.

22. STARFIELD, B. Atenção Primária: equilíbrio entre necessidades de saúde, serviços e tecnologia. Brasília: UNESCO, Ministério da Saúde, 2002; p. 597-629.

ANEXO VIII CONTEÚDOS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS PARA PROVA ESCRITA – CONTEÚDO ESPECÍFICO

EDITAL COREMU/HRC/SESAU Nº 001/2024

SELEÇÃO DE CANDIDATOS ÀS VAGAS DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO NA MODALIDADE DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM ATENÇÃO EM TERAPIA INTENSIVA(UTI), ATENÇÃO URGÊNCIA E EMERGÊNCIA-PRONTO SOCORRO E RESIDÊNCIA EM ÁREA PROFISSIONAL DA SAÚDE (ODONTOLOGIA) EM CIRURGIA E TRAUMATOLOGIA BUCOMAXILOFACIAIS NO HOSPITAL REGIONAL DE CACOAL PARA O PERÍODO LETIVO DE 1/2024.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO E SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

ENFERMAGEM

Base legal: Ética e legislações relacionadas ao conselho de enfermagem. Competências do enfermeiro. Teorias e processos de enfermagem. Processo do cuidar em Enfermagem. Sistematização da assistência de Enfermagem. Taxonomias de diagnósticos de enfermagem. Práticas de enfermagem baseadas em evidências e vivências. Semiologia e semiotécnica em enfermagem. Monitoramento hemodinâmico básico e avançado. Práticas de biossegurança aplicadas ao processo de cuidar. Prevenção e controle de infecções. Vigilância epidemiológica e vigilância em saúde. Ventilação mecânica para enfermagem. Tratamentos, diagnóstico e prevenção de Sepses, panorama atual. Hemotransfusão. Gestão na Saúde. Identificação, tratamento e prevenção de lesões. Papel da enfermagem em pacientes gravemente enfermos, morte encefálica e potencial doador. Diretrizes atuais de RCPC. Diretrizes doenças cerebrovasculares. Processo do cuidar em Enfermagem em Doenças Transmissíveis. Processo do cuidar em Enfermagem em Emergências e Urgências. Protocolos e condutas em terapia intensiva baseado em evidências. Transporte intra e extra hospitalar.

1. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA). Nota Técnica nº 04/2022 – SEI/GSTCO/DIRE2/ANVISA, que revoga a Nota Técnica nº 04/2022-SEI/GSTCO/DIRE2/ANVISA: Orientações para a triagem laboratorial dos doadores de tecidos (falecidos em parada cardiorrespiratória) para o vírus da hepatite C (HCV). Brasília, DF: ANVISA, 2022.

2. AMERICAN COLLEGE OF SURGIONS COMMITTEE ON TRAUMA. Advanced Trauma Life Support - ATLS. 10 ed., 2018.

3. AMERICAN HEART ASSOCIATION. Destaques das Diretrizes da AHA 2020 para RCP e ACE. USA, 2020. Emergency Cardiovascular Care Programs, 2020.

4. American Heart Association. Destaques das diretrizes de RCP e ACE de 2020. Texas: American Heart Association, 2020.

5. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTOMATERAPIA – SOBEST; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM DESMATOLOGIA – SOBENDE. Classificação das lesões por pressão – consenso NPUAP 2016 – adaptada culturalmente para o Brasil. São Paulo, 2016.

6. Brasil [Ministério da Saúde] "Boas Práticas para Organização e Funcionamento dos Serviços de Terapia Intensiva Adulto, Pediátrica e Neonatal". Portaria 355 de marco de 10 de 2014.

7. Brasil [Ministério da Saúde]. Institui o cuidado progressivo ao paciente crítico ou grave com os critérios de elegibilidade para admissão e alta, de classificação e de habilitação de leitos de Terapia Intensiva adulto, pediátrico, UCO, queimados e Cuidados Intermediários adulto e pediátrico no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS. Portaria nº 895, de 31 de março de 2017.

8. Brasil. [Ministério da Saúde]. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. Acolhimento e classificação de risco nos serviços de urgência / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

9. BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Manual para o Sistema Nacional de Hemovigilância no Brasil. (Revisão do “Marco Conceitual e Operacional da Hemovigilância: guia para a hemovigilância no Brasil”) 1. ed. Brasília: Anvisa, 2022.

10. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Protocolos de Intervenção para o SAMU 192 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência. Brasília: Ministério da Saúde, 2016.

11. COFEN. Conselho Federal de Enfermagem. Resolução nº 543 de 19 de abril de 2017.

12. COFEN. Resolução COFEN nº 710/2022. Atualiza a norma técnica referente à atuação da Equipe de Enfermagem no processo de doação, captação e transplante de órgãos, tecidos e células, e dá outras providências. Brasília; 2022. Disponível em: <http://www.portalcofen.gov>.

13. COREN-SP. Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo. Sepses, um problema de saúde pública: a atuação e colaboração de Enfermagem na rápida identificação e tratamento da doença. COREN-SP, ed. 2, 2017.

14. Knobel, E. Condutas no paciente grave. 4ª ed. Atheneu. Vol1-2. 2016.

15. Lopes, MVO, Silva, VM, Araujo T.L. Métodos de pesquisa para validação clínica de conceitos diagnósticos. In: Herdman, TH, Carvalho EC. PRONANDA: programa de atualização em diagnósticos de enfermagem. Porto Alegre: Artmed / Panamericana; 2013.
16. Mendes NT; et al. Guia de ventilação mecânica para enfermagem. São Paulo. Ed. Atheneu. 2011.
17. NANDA. Diagnósticos de Enfermagem da NANDA. 2021-2023. 12ª ed. Artmed, 2021.
18. NUNES, Fiama Chagas; DE MATOS, Selme Silqueira; DE MATTIA, Ana Lúcia. Análise das complicações em pacientes no período de recuperação anestésica. Revista Sobecc, v. 19, n. 3, p. 129-135, 2014.
19. Oliveira, N. J. de, Moraes, C. dos S., & Neto, S. M. (2012). Humanização no Centro Cirúrgico: A percepção do Técnico de Enfermagem. Revista SOBECC, 17(3), 43–49.
20. PARANÁ. Secretaria de Estado da Saúde do Paraná. Sistema Estadual de Transplantes. Manual para Notificação, Diagnóstico de Morte Encefálica e Manutenção do Potencial Doador de Órgãos e Tecidos. Curitiba: SESA/DGS/CET, 2023 - 68 p.
21. Portaria nº 2600 de 21 de outubro de 2009. Aprova o Regulamento Técnico do Sistema Nacional de Transplantes. Disponível em: http://bvsm.sau.gov.br/bvs/sau/legis/gm/2009/prt2600_21_10_2009.html
22. POSSO, M.B.S. Semiologia e semiotécnica de enfermagem. Colaboração Ana Lúcia G. G. de Sant'Anna ... [et al.]. - 2. ed. - Rio de Janeiro: Atheneu, 2021.
23. RDC Nº 36, DE 25 DE JULHO DE 2013. Institui ações para a segurança do paciente em serviços de saúde e dá outras providências.
24. Resolução CFM nº 2.173/2017. Disponível em: <https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2017/2173>
25. Resolução nº 137, de 8 de fevereiro de 2017 - altera a resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 7, de 24 de fevereiro de 2010.
26. Schettino, G; Cardoso, LF; Mattar Jr. J; Ganem, F. Paciente crítico Diagnóstico e tratamento. 2ª ed. Manole. Hospital Sírio Libanês. 2012.
27. Sousa, P; Mendes, W. Conhecendo os riscos nas organizações de saúde. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2014. 452p.
28. VIANA, RAPP, TORRES, M & cols. Enfermagem em Terapia Intensiva. Práticas Integrativas. 1ª Ed. São Paulo. Manole. 2017.
29. VIANA, Renata Andréa Pietro Pereira; TORRE, Mariana. Enfermagem em terapia intensiva: Práticas integrativas. Barueri: Manole, 2017.
30. VIANA, Renata Andréa Pietro Pereira; WHITAKER, Iveth Yamaguchi. Enfermagem em Terapia Intensiva: Práticas e Vivências. Porto Alegre: Artmed, 2011.
31. Wyckoff MH, Greif R, Morley PT, et al: 2022 International Consensus on Cardiopulmonary Resuscitation and Emergency Cardiovascular Care Science With Treatment Recommendations: Summary From the Basic Life Support; Advanced Life Support; Pediatric Life Support; Neonatal Life Support; Education, implementation, and Teams; and First Aid Task Forces. Circulation 146(25):e483–e557, 2022. doi:10.1161/CIR.0000000000001095.

FISIOTERAPIA

Anatomia geral dos órgãos e sistemas e em especial do sistema cardiorrespiratório. Biomecânica respiratória. Fisiologia geral. Fisiopatologia. Semiologia. Instrumentos de medida e avaliação relacionados ao paciente crítico. Estimulação precoce do paciente crítico. Monitorização aplicada ao paciente crítico. Interpretação de exames complementares e específicos do paciente crítico. Suporte ventilatório invasivo ou não invasivo. Técnicas e recursos de expansão pulmonar e higiene brônquica. Treinamento muscular respiratório e condicionamento físico funcional. Ética e legislações relacionadas ao conselho de fisioterapia. Diretrizes atuais de RCPC. Diretrizes da ventilação mecânica.

1. AMIB. Associação de Medicina Intensiva Brasileira. Diretrizes Brasileiras de Ventilação Mecânica – Associação de Medicina Intensiva Brasileira, 2013.
2. ANDRADE FMD, Dias CM, Martins JA. PROFISIO. Fisioterapia em terapia intensiva adulto. Editora Artmed Panamericana, Porto Alegre, 2016, 2017 e 2018.
3. BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Implantação do Núcleo de Segurança do Paciente em Serviços de Saúde – Série Segurança do Paciente e Qualidade em Serviços de Saúde/Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Brasília: Anvisa, 2016.
4. BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. RDC Nº 07, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2010 - Dispõe sobre os requisitos mínimos para funcionamento de Unidades de Terapia Intensiva e dá outras providências.
5. BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. RDC Nº 36, DE 25 DE JULHO DE 2013. Institui ações para a segurança do paciente em serviços de saúde e dá outras providências
6. BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução nº 137, de 8 de fevereiro de 2017 - altera a resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 7, de 24 de fevereiro de 2010.
7. BRASIL. Ministério da Saúde. Institui o cuidado progressivo ao paciente crítico ou grave com os critérios de elegibilidade para admissão e alta, de classificação e de habilitação de leitos de Terapia Intensiva adulto, pediátrico, UCO, queimados e Cuidados Intermediários adulto e pediátrico no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS. Portaria nº 895, de 31 de março de 2017.
8. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 529, de 1º de abril de 2013. Institui o Programa Nacional de Segurança do Paciente. Brasília, 2014.
1. SANTOS F, Mandelli PGB, Ostrowski VRO, Tezza R, Dias JS. Relação entre mobilização precoce e tempo de internação em uma unidade de terapia intensiva. Revista Eletrônica Gestão & Saúde. Vol.06, Nº. 02, Ano 2015 p. 1394-07.
2. SARMENTO, George Jerre Vieira (Org.) Fisioterapia respiratória no paciente crítico: rotinas clínicas. 4. ed. rev. e ampl. Barueri: Manole, 2016. 627 p.

3. SCANLAN CL, Wilkins RL, Stoller JK. Fundamentos da terapia respiratória de Egan. 8. ed. São Paulo: Manole; 2003
4. SOUSA, P; Mendes, W. Conhecendo os riscos nas organizações de saúde. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2014. 452p.
5. VEGA JM, Luque A, Sarmento GJV, Moderno LFO. Tratado de fisioterapia hospitalar: assistência integral ao paciente. 1ª edição. Editora Atheneu, São Paulo, 2012.
6. WEST, John B. Fisiologia respiratória: princípios básicos. 9. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2013. x, 232p.

FARMÁCIA

Farmácia Hospitalar: história, conceitos, objetivos, responsabilidades e funções dos serviços farmacêuticos hospitalares. Legislação. Estrutura e organização da Farmácia Hospitalar. Ciclo da assistência farmacêutica. Comissões Hospitalares. Uso racional de medicamentos. Farmácia Clínica/Atenção Farmacêutica: conceitos, objetivos, legislação, evidenciando o papel do farmacêutico. Farmacologia geral: princípios de farmacodinâmica e farmacocinética clínica. Medicamentos utilizados para o tratamento das afecções críticas para as principais enfermidades cardiovasculares, renais, do sistema digestório, respiratórias; enfermidades infecciosas; endócrinas e enfermidades do sistema nervoso central. Segurança do paciente: protocolo de segurança na prescrição, uso e administração de medicamentos. Cuidados farmacêuticos em: anamnese farmacêutica, reconciliação medicamentosa e análise da prescrição. Principais terapias medicamentosas infusionais em UTI: sedação, analgesia, drogas vasoativas, reposição hidroeletrólítica e nutricional. Interpretação clínica e monitoramento de exames laboratoriais. Farmacovigilância: definições, aspectos históricos, objetivos e legislação. Problemas relacionados com medicamentos: reação adversa; inefetividade terapêutica; interação medicamentosa e intoxicação. Erro de medicação: classificação e investigação. Preparo de medicamentos: cálculos, reconstituição, diluição e estabilidade.

1. ANSEL HC, PRINCE SJ. Manual de Cálculos Farmacêuticos. tradução Elenara Lemos Senna. Porto Alegre: Artmed; 2008.
2. BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 406, de 22 de julho de 2020. Dispõe sobre as regras Boas Práticas de Farmacovigilância para Detentores de Registro de Medicamento de uso humano, e dá outras providências. Brasília, DF, nº 144, de 29 de julho de 2020.
3. BRASIL. Conselho Federal de Farmácia. Resolução nº 724, de 29 de abril de 2022. Dispõe sobre o Código de Ética Farmacêutica, o Código de Processo Ético e estabelece as infrações e as regras de aplicação das sanções disciplinares.
4. BRASIL. Conselho Federal de Farmácia. Resolução nº 568, de 06 de dezembro de 2012. Regulamenta o exercício profissional nos serviços de atendimento pré-hospitalar, na farmácia hospitalar e em outros serviços de saúde, de natureza pública ou privada. Brasília: Conselho Federal de Farmácia, 2012. Disponível em: www.cff.org.br
5. BRASIL. Conselho Federal de Farmácia. Resolução nº 585, DE 29 de agosto de 2013. Regulamenta as atribuições clínicas do farmacêutico e dá outras providências. Brasília: Conselho Federal de Farmácia, 2013. Disponível em: www.cff.org.br
6. BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 338/2004. Política Nacional de Assistência Farmacêutica.
7. BRASIL. Lei nº 13.021, de 8 de agosto de 2014.
8. BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº. 67, de 8 de outubro de 2007.
9. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria de Consolidação nº 2, DE 28 de setembro de 2017. Anexo 1 Anexo XXVIII. Consolidação das normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde. Dispõe sobre a Política Nacional de Assistência Farmacêutica (PNAF). Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0002_03_10_2017.html
10. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.095/GM, de 24 de setembro de 2013. Aprova os Protocolos Básicos de Segurança do Paciente. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br>
11. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria Nº 3.916, de 30 de outubro de 1998. Estabelece a Política Nacional de Medicamentos. Brasília, DF, 5 de novembro de 1998.
12. BRUNTON, L., KNOLLMANN, B., HILAL-DANDAN, R. Goodman & Gilman: As Bases Farmacológicas da Terapêutica. 13a. Ed. McGraw-Hill, 2018.
13. CUNHA, Marco Antônio Buch et al. Transtornos psiquiátricos menores e procura por cuidados em estudantes de medicina. Rev. Bras. Educ. Med. [online]. 2009, vol.
14. KATZUNG, B. G. (Org.). Farmacologia básica e clínica. 13ª ed. Porto Alegre: AMGH, 2017.
15. RANG, H. P.; DALE, M. M.; RITTER, J. M.; FLOWER, R. J.; HENDERSON, G. Rang & Dale: Farmacologia. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.
16. SILVA, Penildon. Farmacologia. 8. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019, 1328 p.
17. SILVERTHORN, Dee Unglaub. Fisiologia Humana: Uma Abordagem Integrada. 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.
18. WHALEN, K; FINKEL, R; PANA VELIL, T A. Farmacologia ilustrada. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2016.

PSICOLOGIA

Código de Ética do profissional Psicólogo. Papel do Psicólogo nas Unidades de Terapia Intensiva. Recursos básicos para a avaliação psicológica e diagnóstico; entrevista, histórico e o exame do estado mental. As interfaces da atuação do psicólogo nas Unidades de Terapia Intensiva; atuação junto ao paciente, familiares e equipe multiprofissional. O ambiente como fator de humanização em UTI e a contribuição da Psicologia. Tipos de intervenção verbal do terapeuta. Reconhecimento dos mecanismos psíquicos de defesa e enfrentamento; psicodinamismo. Processo de enlutamento e os significados do adoecimento e da morte; visão social, cultural e histórica. Formação e rompimento dos vínculos de apego. Avaliação dos padrões de luto: o luto normal e os indicadores de luto patológico. Intervenções diante da morte; preparação psicológica do paciente e do familiar. Aspectos gerais da psicopatologia e transtornos mentais. Abordagens Psicológicas no Contexto Hospitalar; Psicanálise, Terapia Cognitivo-Comportamental e Psicoterapia Breve. Psicologia da Saúde. Teorias e técnicas de psicoterapias.

1. ALAMY, S. Ensaios de psicologia Hospitalar: A auscultação da Alma. 3ª ed. Editora Sanar. Belo Horizonte. 2013.
2. ANDREATTA, Ilana. OLIVEIRA, M.S. Manual Prático de Terapia Cognitivo-Comportamental. São Paulo, Casa do Psicólogo, 2012.
3. BAPTISTA, M. N.; DIAS, R. R. Psicologia hospitalar: teoria, aplicações e casos clínicos. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.
4. BOWLBY, John. Formação e rompimento dos laços afetivos. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2015.
5. CANTARELLI, APS. Novas abordagens de atuação do psicólogo no contexto hospitalar. Ver. SBPH. 2009, 12 (2) 137-47.
6. CASTRO, EC. BORNHOLDT E. Psicologia da Saúde x Psicologia Hospitalar: Definições e Possibilidades de Inserção Profissional. Psicologia ciência e profissão. 2004; 24(3): 48-57.
7. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Código de Ética Profissional do Psicólogo. Brasília, 2005.
8. DALGALARRONDO, P. Psicopatologia e Semiologia dos Transtornos Mentais. 2ª edição. Porto Alegre: Artmed, 2008.
9. FERREIRA, E S. Psicoterapia breve: abordagem sistematizada de situações de crise. São Paulo: Agora, 2013.
10. FIORINI, Héctor Juan. Teoria e técnica de psicoterapias. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
11. FISCHER, Gustave-Nicolas. Os conceitos Fundamentais da Psicologia da Saúde. São Paulo: Instituto Piaget, 2010.
12. HUPSEL, T.M; SHNITMAN, L.V. Psicologia na Saúde: da atenção primária a atenção hospitalar. Editora Sanar. Coleção Manuais da Psicologia. Salvador. 2017.
13. KITAJIMA, Katya. Psicologia em Unidade de Terapia Intensiva: critérios e rotinas de atendimento. Rio de Janeiro: Revinter, 2014.
14. KNOBEL, Elias. Psicologia e Humanização: Assistência aos pacientes graves. São Paulo: Atheneu, 2008.
15. KUBLER- ROSS, E. Sobre a Morte e o Morrer. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
16. MUTARELLI A. O serviço de psicologia no hospital: modelo assistencial de cuidado na busca pela promoção de saúde. Rev. SBPH. 2015;
17. PAPALIA, D. E. FELDMAN, R. D. Desenvolvimento Humano. 12ª edição. Porto Alegre: Artmed, 2013.
18. PREGNOLATTO, A. P. F.; AGOSTINHO, V. B. M. O psicólogo na unidade de terapia intensiva - adulto.
19. Resolução CFP n.º 013, de 14 de setembro de 2007, sobre o título profissional de especialista em Psicologia. Conselho Federal de Psicologia [internet]. 2007 Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/08/Resolucao_CFP_nx_0132007.pdf
20. SCHEEFFER, Ruth. Aconselhamento Psicológico. 7ªed. São Paulo: Atlas, 1993.
21. SIMONETTI, A. Manual de psicologia hospitalar: o mapa da doença. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

NUTRIÇÃO

Ética e legislações relacionadas ao conselho de Nutrição. Nutrição básica: nutrientes: conceito, classificação, funções, requerimentos, recomendações e fontes alimentares; aspectos clínicos da carência e do excesso; dietas não convencionais; aspectos antropométricos, clínico e bioquímico da avaliação nutricional; nutrição e fibras; Triagem Nutricional. Terapia Nutricional em: Câncer, Doenças Carenciais, Doenças Cardiovasculares, Dislipidemias, Diabetes Mellitus, Obesidade, Desnutrição, Síndrome Metabólica, Distúrbios Hidroeletrólíticos, Doenças Renais, Doenças Gastrointestinais, SIDA, Cirurgias, Trauma,

Sepse, Doenças Neurológicas, Doenças Pulmonares, Doenças Hepáticas, Pancreatite, Lesão por Pressão, Queimados, Paciente Crítico Adulto e Pediátrico, Envelhecimento, Pediatria. Interação droga-nutriente. Dietas hospitalares. Nutrição nos ciclos da vida. Terapia Nutricional Enteral, Parenteral e Oral. Serviços de Unidade de alimentação e nutrição. Técnica dietética.

1. AGUILAR-NASCIMENTO, J.E. Acerto: Acelerando a recuperação total pós-operatória. 4ª edição. Rio de Janeiro: Editora Rubio, 2020.
2. ALVES, J. T. M. *et al.* Diretriz BRASPEN de terapia nutricional no paciente com doenças neurodegenerativas. *BRASPEN J* 2022; 37(Supl 2): 2-34. Disponível: <https://braspenjournal.org/>
3. BARRETO, P. A. Bases da terapia nutricional enteral e parenteral. 1ªed. São Paulo: Editora Manole, 2024.
4. BRASIL. ANVISA. Regulamento técnico para a terapia de nutrição enteral. RDC n° 503, de 27 de maio de 2021. Brasília, 2021. Disponível: <http://portal.anvisa.gov.br>
5. BRASIL. Ministério da Saúde. Guia alimentar para crianças brasileiras menores de 2 anos. Ministério da saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2021.
6. CALIXTO-LIMA, L. *et al.* Manual de Nutrição Parenteral. Rio de Janeiro: Editora Rubio, 2010.
7. CAMPOS, L. F. *et al.* Diretriz BRASPEN de terapia nutricional no diabetes mellitus. *BRASPEN J* 2020; 35 (Supl 4): 2-22. Disponível: <https://braspenjournal.org/>
8. CARUSO, L. Manual de Dietas Hospitalares. São Paulo: Editora Atheneu, 2003.
9. CASTRO, M. G. *et al.* Diretriz Brasileira de Terapia Nutricional no Paciente Grave. *BRASPEN J* 2023; 38 (2º supl 2): 2-46. Disponível: <https://braspenjournal.org/>
10. CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS. Resolução CFN n° 599/2018. Dispõe sobre o código de ética do nutricionista e dá outras providências. Disponível: <https://www.cfn.org.br/>
11. COZZOLINO, S. M. F. Biodisponibilidade de Nutrientes. 4ª ed. Barueri: Manole, 2012.
12. CUPPARI, L. Guia de Nutrição: Nutrição Clínica do adulto. 2. ed. rev. e ampl. Barueri: Manole, 2005.

13. ESCOTT-STUMP, S. Nutrição Relacionada ao Diagnóstico e Tratamento. 5ª edição. Barueri-SP: Manole, 2007.
14. GALEGO, D. *et al.* Manual de Boas Práticas em Nutrição Enteral e Lactário. 1ªed. São Paulo: Manole, 2019.
15. GONÇALVES, R. C. *et al.* Manual BRASPEN de competências relacionadas à dispensação e à administração de nutrição parenteral. *BRASPEN J* 2019; 34(3):217-232. Disponível: <https://braspenjournal.org/>
16. GONÇALVES, T. J. M. *et al.* Diretriz BRASPEN de terapia nutricional no envelhecimento. *BRASPEN J* 2019; 34 (Supl 3): 2-58. Disponível: <https://braspenjournal.org/>
17. HORIE, L. M. *et al.* Diretriz BRASPEN de terapia nutricional no paciente com câncer e BRASPEN recomenda: Indicadores de qualidade em terapia nutricional. *BRASPEN J* 2019; 34 (Supl 1): 2-32. Disponível: <https://braspenjournal.org/>
18. LEÃO, L. S. C. S.; GOMES, M. C. R. Manual de Nutrição Clínica para atendimento ambulatorial do Adulto. 11ª edição. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2010.
19. LIMA, L. C.; REIS, N. T. Interpretação de Exames Laboratoriais Aplicados à Nutrição. Rio de Janeiro: Rubio, 2012.
- MAHAM, L. K.; ESCOTT-STUMP, S. Krause: Alimentos, nutrição e dietoterapia. 13ª edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
20. MATOS, L. B. N. *et al.* Campanha diga não à lesão por pressão. *Braspen J.* 2020; 35(supl 1): 2-32. Disponível: <https://braspenjournal.org/>
21. MEZOMO, I. B. Os serviços de alimentação: planejamento e administração. 6ªed. São Paulo: Editora Manole, 2015.
22. OLIVEIRA, F. L. C. *et al.* Manual de terapia nutricional pediátrica. 1ªed. São Paulo: Editora Manole, 2014.
23. PIOVACARI, S. *et al.* Equipe multiprofissional de terapia nutricional em prática. Rio de Janeiro: Editora Atheneu, 2017.
24. PIOVACARI, S.M.F. Nutrição Hospitalar: Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Albert Einstein – SBIBAE . 1ªed. São Paulo: Atheneu, 2021.
25. RIBEIRO, P. C. Nutrição- Série Medicina de Urgência e Terapia Intensiva do Hospital Sírio Libanês. 1ed. Atheneu, 2015.
26. ROSENFED, R.; MENDES C. L. Terapia Nutricional no paciente grave. 1 ed. Atheneu, 2014.
27. TOLEDO, D. O. e CASTRO, M. G. Terapia Nutricional em UTI. 2ed. São Paulo. Rubio, 2019.
28. TOLEDO, D.O. *et al.* Campanha “Diga não à desnutrição”: 11 passos importantes para combater a desnutrição hospitalar. *Braspen J.* 2018; 33(1): 86-100. Disponível: <https://braspenjournal.org/>
29. WAITZBERG, D. L. Nutrição Oral, Enteral e Parenteral na Prática Clínica. 4 ed. São Paulo. Atheneu, 2009.
30. ZAMBELLI, C. M. S. F. *et al.* Diretriz BRASPEN de terapia nutricional no paciente com doença renal. *Braspen J.* 2021; 36(2ªsupl 2): 2-22. Disponível: <https://braspenjournal.org/>

SERVIÇO SOCIAL

Ética Profissional; Redes de Atenção à Saúde; Trabalho em Equipe; Acolhimento; Apoio Matricial e Clínica Ampliada; Trabalho no Território; Política social; Direitos sociais; Serviço Social na Saúde; Família; Saúde do Adulto e Reabilitação; Envelhecimento; Saúde Mental; Cuidados Paliativos; Previdência Social; Legislação: Código de Ética, Estatuto da criança e adolescente, Estatuto do Idoso; Parâmetros de atuação do Serviço Social na Saúde.

1. _____. Caderno Graturck 003 - **Curso Serviço Social na Área Jurídica, Perícia Social**. Graturck consultoria, perícia e cursos. Porto Alegre, 2006.
2. _____. [et al]. **Serviço Social e Saúde**. 5 e.d.– São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2012.
3. _____. [et al]. **Serviço Social e Saúde**. 5 e.d.– São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2012.
4. _____. **Código de Ética do/a Assistente Social / Lei 8.662/93 de Regulamentação Da Profissão**. – 10ª. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, [2012]. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/.CEPCFE SS-SITE.pdf>. Acesso em 30 de julho de 2018.
5. _____. **Saúde e Serviço Social no Capitalismo: fundamentos sócio-históricos**. 1 e.d. – São Paulo: Cortez, 2013.
6. _____. **Saúde e Serviço Social no Capitalismo: fundamentos sócio-históricos**. 1 e.d. – São Paulo: Cortez, 2013.
7. BRAVO, Maria Inês Souza [et al]. **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**. IN: **Política de Saúde no Brasil**. Cortez Editora, Impresso no Brasil. São Paulo, 2006.
8. BRAVO, Maria Inês Souza [et al]. **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**. IN: **Política de Saúde no Brasil**. Cortez Editora, Impresso no Brasil. São Paulo, 2006.
9. CASTRO, Marina Monteiro de Castro e. **Formação em Saúde e Serviço Social - As Residências em Questão**. Revista Textos & Contextos V. 12, N. 2, p. 349 – 360. Porto Alegre, 2013. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/14429/10745>. Acesso em 21 de julho de 2018.
10. CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Brochura Residência em Saúde e Serviço Social subsídios para reflexão. Redação e sistematização** Alessandra Ribeiro, Juliana Melin, Leticia Batista, Morena Marques e Rodriane Souza **Organização** Comissão de Comunicação CFESS: Lylia Rojas (coordenação), Daniela Castilho, Daniela Neves, Mauricleia Santos e Joseane Couri. Brasília – 2017.
11. CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA (CREMERO). **Bioética Clínica: Reflexões e discussões Sobre casos selecionados**. (Coord). Gabriel Oselka. Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (CREMERO) Centro de Bioética. São Paulo: 2008. Disponível em: http://www.cremesp.org.br/libr_ary/modulos/publicacoes/pdf/BioeticaClinicaSiteset2008.pdf. Acesso em: 21 de março de 2014.
12. FALEIROS, Vicente de Paula. **Metodologia e Ideologia do Trabalho Social**. 12 e.d. – São Paulo, Cortez, 2011.
13. IAMAMOTO, Marilda V. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetichado: capital, financeiro, trabalho e questão social**. 7

e.d. – São Paulo: Cortez, 2012.

14. IAMAMOTO, Marilda V. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche**: capital, financeiro, trabalho e questão social. 7 e.d. – São Paulo: Cortez, 2012.

15. Instituto Brasileiro para Segurança do Paciente (IBSP). **Assistente Social Mediador de Conflitos na Saúde**. Instituto Brasileiro para Segurança do Paciente. Coordenadora do setor psicossocial do Hospital Samaritano- Marcia Megumi Endo Kato. São Paulo/SP, 2016.

16. LAVORATTI, Cleide; COSTA, Dorival. **Instrumentos Técnico-Operativos No Serviço Social**: um debate necessário/ Cleide Lavoratti; Dorival Costa (Org.). Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2016. Disponível em: <http://www.uepg.br/proex/Documents/Ebooks/INSTRUMENTAIS%20TECNICO-OPERATIVOS%20NO%20SERVICIO%20SOCIAL.pdf>. Acesso em: 02 agosto 2018.

17. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Manual para Atendimento às Vítimas de Violência na Rede de Saúde Pública do Distrito Federal**. Lauez Ferreira Vilela (Coord.). 2ª Ed. Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal. Brasília, 2008. Disponível em: http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/manualatendimentovitimasviolencia_sauade_publica_DF Acesso em: 09 de julho de 2018.

18. OLIVEIRA e SILVA, Maria Liduína de [et. al]. **Serviço Social no Brasil**: História de Resistências e de Rupturas com o Conservadorismo. – São Paulo: Cortez, 2016.

19. RIBEIRO, Euler E. **Tanatologia: Vida e Finitude. Informações Gerais Para Os Módulos: Velhice e Morte, Medicina e Morte, Cuidados Paliativos e Bioética** - Rio de Janeiro: UERJ, 2008. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=Tanatologia%3A+Vida+e+Finitude&oq=Tanatologia%3A+Vida+e+Finitude&aqs=chrome..69i57j69i58.337j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8> Acesso em 11 de maio de 2018.

20. SEGOVIA, Carmen [et. Al]. **Comunicação Em Situações Críticas**. Carmen Segovia; Manuel Serrano; tradução Joel de Andrade. Hospital Moinhos de Vento. Porto Alegre, 2017.

21. SODRÉ, F. **Serviço Social e o Campo Da Saúde**: para além de plantões e encaminhamentos. Serv. Soc. Soc. [online], São Paulo, n. 103, p. 453-475, jul./set. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scieo.php?script=sciarttext&pid=S0101-66282010000300004> Acesso em: 09 de agosto 2018.

22. TÜRCK, M. G. M. G. Caderno Graturck 001 - **Processo de Trabalho do Assistente Social - Elaboração de Documentação**: implementação e aplicabilidade. Graturck consultoria, perícia e cursos. Porto Alegre, 2007.

23. VASCONCELOS, Ana Maria de [Et al.]. **O Serviço Social em Hospitais**: Orientações Básicas. Comissão de Saúde do CRESS 7ª Região/RJ. **Assessoria e redação** Ana Maria de Vasconcelos 2a Edição – revista e ampliada - 1a Reimpressão - *Maio/2009*. Disponível em: <https://www.cressrj.org.br/wp-content/uploads/2020/05/cartilhas-o-servico-social-em-hospitais-orientacoes-basicas.pdf>. Acesso em 11 de Janeiro de 2023.

24. VASCONCELOS, Ana Maria de. **Serviço Social e Práticas Democráticas na Saúde**. [S. D.] Disponível em: http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_socialsaude/texto2-5.pdf. Acesso em janeiro de 2017.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO E SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS - PROFISSIONAL DA SAÚDE (ODONTOLOGIA) EM CIRURGIA E TRAUMATOLOGIA BUCOMAXILOFACIAIS

Anatomia e Fisiologia crânio-facial; Preparação pré-operatório do paciente cirúrgico (exames complementares); Assepsia, antisepsia e biossegurança; Princípios da técnica cirúrgica; Anestesia em cirurgia bucal; Farmacologia aplicada a cirurgia Bucomaxilofacial; Implantodontia e reconstrução dos maxilares; Tratamento dos dentes irrompidos e não irrompidos; Urgências e emergências em Odontologia; Infecções Maxilofaciais; Traumatologia bucomaxilofacial; Tratamento das deformidades dentofaciais; Disfunções da Articulação temporomandibular; Patologia Bucomaxilofacial; Avaliação inicial do paciente politraumatizado; Neuralgia do Trigêmio.

1. ABUBAKER, A. OMAR: Segredos em Cirurgia Bucomaxilofacial. 1 ed São Paulo, Editora Artmed S.A, 2004.
2. ANDRADE, E.D. Terapêutica medicamentosa em odontologia. São Paulo, Artes Médicas, 1999.
3. ARAUJO, A. Cirurgia Ortognática, Santos Livraria ed., 1a ed, 1999.
4. ARNETT, G. W.; McLaughlin, R. P. Planejamento facial e dentário para Ortodontistas e Cirurgiões Bucomaxilofaciais, São Paulo: Artes Médicas, 2004
5. DINGMAN, R. O.; Natvig, P.; *Cirurgia das Fraturas Faciais*. São Paulo: Santos Júnior, 1983.
6. ELLIS III E, Zide MF. Acessos Cirúrgicos ao Esqueleto Facial. Ed. Santos, 2006.
7. FONSECA RJ, Walker RV. Oral and maxillofacial trauma. Saunders, Philadelphia. 2st. Ed., 2004.
8. GIL J. N. & Claus J. D. P. *Estética Facial: A Cirurgia Ortognática – Passo a Passo para Ortodontistas e Cirurgiões – Santos, 2009.*
9. MALAMED, S.F. Manual de anestesia local. Rio de Janeiro, 5.ed, Rio de Janeiro: Elsevier. 2005. 320p.
10. MANGANELLO-SOUZA L. C. Tratamento cirúrgico do trauma bucomaxilofacial. 3 ed. Ed. Roca, São Paulo. 2006.
11. MARQUES, I. H. S. Socorro básico de emergência na clínica odontológica. 1ª ed. ABO, São Paulo. 2013. 340p.

Cacoal, 15 de janeiro de 2024.

LODOVICO BENLOLO MOREIRA
Diretor Geral
HRC-DG



Documento assinado eletronicamente por **Lodovico Benlolo Moreira, Diretor(a)**, em 16/01/2024, às 13:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0045191820** e o código CRC **4DAF446E**.

Referência: Caso responda este(a) Adendo, indicar expressamente o Processo nº 0036.001841/2024-11

SEI nº 0045191820